

Felippe Borring Rocha

PRINCÍPIO DA JURISDIÇÃO EQUIVALENTE

**Em busca do equilíbrio entre a
colegialidade e o julgamento
monocrático do mérito dos recursos
nos tribunais brasileiros**

2019



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

R672p Rocha, Felipe Borring.
Princípio da jurisdição equivalente / Felipe Borring Rocha – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.
400 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2863-0.

1. Direito Processual Civil. 2. Competência. 3. Jurisdição. 4. Atribuições I. Rocha, Felipe Borring. II. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	19
INTRODUÇÃO	21

Capítulo 1

AS PREMISSAS CONCEITUAIS AO ESTUDO DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO MÉRITO DOS RECURSOS.....	31
---	-----------

1.1. A nova feição do sistema jurídico brasileiro	31
1.1.1. O enquadramento da discussão	31
1.1.2. O <i>Civil Law</i>	34
1.1.3. O <i>Common Law</i>	40
1.1.4. O direito processual civil no Brasil e na Inglaterra	45
1.1.5. O Código de Processo Civil da Inglaterra e do País de Gales	50
1.1.6. O <i>Brazilian Law</i>	51
1.2. O modelo constitucional do processo	57
1.2.1. O Estado de Direito e o constitucionalismo.....	57
1.2.2. O Estado de Direito e os direitos fundamentais.....	59
1.2.3. O Estado de Direito e a democracia.....	62
1.2.4. O Estado Democrático de Direito e a visão constitucional do processo	63
1.2.5. As garantias fundamentais processuais na Constituição brasileira....	65
1.2.6. A conceituação do processo.....	66
1.2.7. O modelo constitucional de processo e a tutela jurisdicional	69
1.2.8. O modelo constitucional de processo no CPC/2015	71
1.3. A busca do acesso à justiça como marco teórico da pesquisa.....	73
1.3.1. A importância da definição do marco teórico.....	73
1.3.2. O acesso à justiça na visão de Mauro Cappelletti.....	74
1.3.3. As novas perspectivas do acesso à justiça.....	79
1.3.4. Os impactos da busca pelo acesso à justiça no Brasil	81

1.3.5. A relação entre o objeto da pesquisa e a busca pelo acesso à justiça	85
---	----

Capítulo 2

A EFICÁCIA VINCULATIVA DA JURISPRUDÊNCIA	87
2.1. Esclarecimentos iniciais sobre a terminologia adotada	87
2.2. A jurisprudência enquanto fonte do direito	94
2.3. O esboço histórico da eficácia vinculativa da jurisprudência no Brasil	97
2.4. Os vetores ideológicos do sistema jurisprudencial no CPC/2015	101
2.5. As críticas à concessão de eficácia vinculativa à jurisprudência	106
2.6. A formação da eficácia vinculativa da jurisprudência	110
2.7. A aplicação da jurisprudência dotada de eficácia vinculativa	115
2.7.1. O <i>obiter dictum</i>	118
2.8. As espécies de eficácia vinculativa da jurisprudência	118
2.9. Os níveis de vinculação da jurisprudência	121
2.10. A dinâmica da eficácia vinculativa da jurisprudência	122
2.11. O afastamento da eficácia vinculativa da jurisprudência	123
2.12. Os componentes do sistema jurisprudencial dotados de eficácia vinculativa	126
2.12.1. As súmulas	126
2.12.2. As decisões de casos repetitivos desistidos	132
2.12.3. As decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade	134
2.12.4. As decisões em casos repetitivos	136
2.12.5. As decisões em incidente de assunção da competência	137
2.12.6. As decisões do plenário ou órgão especial	138
2.12.7. A “jurisprudência dominante”	138

Capítulo 3

OS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA FUNDAMENTAÇÃO	143
3.1. A importância dos princípios do contraditório e da fundamentação para o julgamento monocrático	143
3.2. O princípio do contraditório	144
3.2.1. O princípio do contraditório e o Estado Democrático de Direito	144
3.2.2. O princípio do contraditório e o princípio do devido processo legal	145
3.2.3. O princípio do contraditório e o princípio da ampla defesa	145
3.2.4. O contraditório e o exercício do contraditório	147
3.2.5. A positivação do contraditório no CPC/2015	148

3.2.6.	O conceito do princípio do contraditório	150
3.2.7.	A postergação do contraditório	152
3.2.8.	O princípio do contraditório e o procedimento recursal	153
3.2.9.	O contraditório “utilitarista” no procedimento recursal.....	155
3.3.	O princípio da fundamentação	159
3.3.1.	O princípio da fundamentação e o Estado Democrático de Direito	159
3.3.2.	O princípio da fundamentação e o princípio do devido processo legal	162
3.3.3.	O princípio da fundamentação e o princípio da publicidade	163
3.3.4.	O princípio da fundamentação e os padrões decisórios.....	166
3.3.5.	A positivação do princípio da fundamentação no CPC/2015	167
3.3.6.	Conceito do princípio da fundamentação.....	168
3.3.7.	A resistência à implementação da fundamentação adequada	171
3.3.8.	A fundamentação mitigada	174

Capítulo 4

A COLEGIALIDADE NOS TRIBUNAIS	179
4.1. A importância da colegialidade no constitucionalismo brasileiro	179
4.2. A estrutura colegiada nos tribunais brasileiros	190
4.3. O julgamento colegiado	194
4.3.1. As técnicas de julgamento colegiado	194
4.3.2. A publicidade da deliberação colegiada.....	197
4.3.3. O voto vencido	201
4.4. O princípio da colegialidade.....	205
4.4.1. A (re)construção do sentido principiológico da colegialidade	205
4.4.2. A compatibilidade do julgamento monocrático com o princípio do colegiado.....	219
4.4.3. À guisa de conclusão.....	234
4.5. As atribuições do relator nos órgãos colegiados	236

Capítulo 5

A RELEITURA DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO MÉRITO DOS RECURSOS À LUZ DO PRINCÍPIO DA JURIDIÇÃO EQUIVALENTE.....	243
5.1. A trajetória histórica do julgamento monocrático no Brasil.....	243
5.2. O regime jurídico do julgamento monocrático do recurso no CPC/2015	261
5.3. A visão dos desembargadores do TJRJ sobre o julgamento monocrático	275
5.4. Os reflexos do princípio da jurisdição equivalente no julgamento monocrático	278

3.2.6.	O conceito do princípio do contraditório	150
3.2.7.	A postergação do contraditório	152
3.2.8.	O princípio do contraditório e o procedimento recursal	153
3.2.9.	O contraditório “utilitarista” no procedimento recursal.....	155
3.3.	O princípio da fundamentação	159
3.3.1.	O princípio da fundamentação e o Estado Democrático de Direito	159
3.3.2.	O princípio da fundamentação e o princípio do devido processo legal	162
3.3.3.	O princípio da fundamentação e o princípio da publicidade	163
3.3.4.	O princípio da fundamentação e os padrões decisórios.....	166
3.3.5.	A positivação do princípio da fundamentação no CPC/2015	167
3.3.6.	Conceito do princípio da fundamentação.....	168
3.3.7.	A resistência à implementação da fundamentação adequada	171
3.3.8.	A fundamentação mitigada.....	174

Capítulo 4

A COLEGIALIDADE NOS TRIBUNAIS	179
4.1. A importância da colegialidade no constitucionalismo brasileiro	179
4.2. A estrutura colegiada nos tribunais brasileiros	190
4.3. O julgamento colegiado	194
4.3.1. As técnicas de julgamento colegiado	194
4.3.2. A publicidade da deliberação colegiada.....	197
4.3.3. O voto vencido	201
4.4. O princípio da colegialidade.....	205
4.4.1. A (re)construção do sentido principiológico da colegialidade	205
4.4.2. A compatibilidade do julgamento monocrático com o princípio do colegiado.....	219
4.4.3. À guisa de conclusão.....	234
4.5. As atribuições do relator nos órgãos colegiados	236

Capítulo 5

A RELEITURA DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO MÉRITO DOS RECURSOS À LUZ DO PRINCÍPIO DA JURIDIÇÃO EQUIVALENTE.....	243
5.1. A trajetória histórica do julgamento monocrático no Brasil.....	243
5.2. O regime jurídico do julgamento monocrático do recurso no CPC/2015	261
5.3. A visão dos desembargadores do TJRJ sobre o julgamento monocrático	275
5.4. Os reflexos do princípio da jurisdição equivalente no julgamento monocrático	278

5.4.1.	A origem da expressão “jurisdição equivalente”	278
5.4.2.	Jurisdição equivalente é um princípio?	281
5.4.3.	A concepção do julgamento monocrático como técnica de abreviação do procedimento recursal	283
5.4.4.	A afirmação da natureza cogente do julgamento monocrático	284
5.4.5.	A definição dos padrões decisórios que podem ser utilizados para legitimar o emprego do julgamento monocrático	288
5.4.6.	A necessidade de oitiva prévia do recorrido ao julgamento monocrático	292
5.4.7.	A necessidade de fundamentação adequada no julgamento monocrático	295
5.4.8.	O controle do julgamento monocrático.....	297
	5.4.8.1. O agravo interno.....	298
	5.4.8.2. Embargos de declaração	316
5.5.	As propostas de alteração do CPC/2015 à luz do princípio da jurisdição equivalente	324
5.6.	Breves notícias sobre o julgamento monocrático no direito português.....	331
CONCLUSÕES		339
REFERÊNCIAS		353
<i>Anexos</i>		
CARTA DE APRESENTAÇÃO.....		391
FORMULÁRIO		393
QUESTIONÁRIO.....		395